

## A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: AJUSTE JUSTO

*Elizeu da Silva Góis*

Universidade Estadual de Londrina

*Soraia Kfoury Salerno*

Universidade Estadual de Londrina

**Resumo:** O estudo da Educação Superior no Brasil, sua importância, orientações e estratégias do gasto público para este nível educacional. A Educação Superior destaca-se pelo papel social que esse nível educacional promove no desenvolvimento da ciência, formação de profissionais e consequentemente amadurecimento de uma sociedade. Assim, respaldados por esses princípios, objetivamos esclarecer a lógica que permeia o Relatório Ajuste Justo elaborado do Banco Mundial para indicar uma reforma para a Educação Superior pública no Brasil. Com a pesquisa de cunho qualitativo, utilizou-se de procedimentos bibliográficos pertinentes ao campo de estudo que tratam da atual problemática nacional a partir de ações governamentais com a Educação Superior, bem como o estudo documental pela análise do Relatório Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil; tendo por intuito identificar como a Educação Superior no Brasil é contemplada no documento e as recomendações apresentadas pelo Banco Mundial. O estudo demonstra que há fortes possibilidades de desmantelamento da Educação Superior pública, uma vez que os governos nacional e estadual tem realizado cortes de verbas destinadas às universidades. Embora se busque demonstrar ganhos na implementação dessa política, se reconhece um processo gradual de cortes orçamentários à universidade pública no Brasil, acentuado a precarização deste nível.

**Palavras-chave:** Educação Superior Pública. Universidade. Banco Mundial.

### Introdução

A Educação Superior tem sua importância pelo papel social que esse nível educacional promove no desenvolvimento da ciência, formação de profissionais e consequentemente amadurecimento de uma sociedade. Assim, a valorização dos profissionais com condições adequadas de trabalho, justificariam o investimento para promover a produção de conhecimento e a formação humana. No entanto, a Educação Superior no Brasil encontra-se distante desde ideal.

O documento *Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, divulgado em novembro de 2017 pelo Grupo Banco Mundial, buscou-se verificar sua conjuntura confrontando-o com outros estudos que apresentam a realidade atual do país. Tal análise é importante, pois além deste documento abordar a Educação Superior, em especial sobre o seu financiamento, faz inferências destoantes, não considerando a real complexidade da sociedade brasileira.

Com base neste contexto, entende-se pela pertinência em se debruçar sobre este

tema. Assim, este trabalho, tem como problema de pesquisa a questão: qual a lógica permeia o Relatório Ajuste Justo do Banco Mundial para indicar reforma na Educação Superior pública no Brasil?

A pesquisa de cunho qualitativo, de abordagem crítico dialética, pautou-se da pesquisa bibliográficas pertinentes ao campo de estudo a partir de ações governamentais com a Educação Superior, bem como em estudo documental pela análise do documento *Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*.

Assim, no que tange a pesquisa qualitativa destacamos que os pressupostos de interpretação do pesquisador, partem de um caráter indutivo com vistas a compressão do todo. Desta forma, entende-se que “[...]. A pesquisa qualitativa corresponde ao aprofundamento do conhecimento para interpretar, mediante análise de conteúdo, o contexto do objeto que está sendo pesquisado”. (DEL-MASSO; COTTA; SANTOS, 2014, p. 4).

Alicerçado em referenciais teóricos este trabalho buscou analisar a atual problemática nacional, ou seja, o flagrante desinteresse do Estado com a Educação Superior pública. Desinteresse que se materializa em propostas como cobrar mensalidades em universidades públicas, ausência de investimento não só na questão material, mas também no número de contratação de professores.

Tais situações-problema são, reiteradamente, justificadas pelo Estado pela bandeira do ‘gasto público’ no Brasil, sendo utilizado como argumento para a contenção de gastos neste nível educacional.

### **A Função Social da Universidade**

No que pese a visão, definição e/ou orientação atribuídas à universidade em países socialistas ou capitalistas, entendemos que a universidade exerce uma função social, cultural e científica extremamente relevante, objetivando criar e divulgar o saber.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual traz os princípios das normas para a Educação Superior no Brasil, no Artigo 52, dispõe que:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano [...] (BRASIL, 1996, Art. 52).

Por ser uma instituição social diferenciada e definida pela sua autonomia intelectual, a universidade pode (deve) relacionar-se com a sociedade e com o Estado de maneira

independente. É o local historicamente apropriado para a criação e divulgação do saber, voltados para o desenvolvimento da ciência, para a formação de profissionais de nível superior, técnicos e intelectuais.

Sendo uma instituição jovem que articula o ensino, a pesquisa e a extensão, conquista recente pela Constituição Federal de 1988 (CF), Artigo 207, é de suma importância que lhe sejam garantidos os devidos recursos para o fiel desempenho de sua função.

A universidade tem seu berço na Europa, desde século XI a XIII e, a expressão na América Latina no século XVI, no Peru. Quanto a sua origem no Brasil, a universidade surge como uma instituição tardia; no século XIX, com Dom João VI, tem-se a experiência dos cursos superiores isolados, que mais se caracterizavam com cursos profissionalizantes, somente no início do século XX, as primeiras universidades.

Assim, pode-se dizer que, a universidade, tal como conhecemos atualmente, teve sua configuração institucional definida na primeira metade do século XIX. Derivando os três modelos clássicos de universidade: o modelo napoleônico, o modelo anglo-saxônico e o modelo prussiano (ou alemão). A Educação Superior no Brasil surge com o caráter do modelo napoleônico e na segunda metade do século XX tem-se a difusão do modelo anglo-saxônico ou de mercado. Já o modelo alemão é uma concepção de universidade com autonomia e imersa na pesquisa pela indissociabilidade com o ensino. Como características destes modelos temos com a prevalência do Estado a base do modelo napoleônico; prevalecendo a sociedade civil tem-se o modelo anglo-saxônico; e sobre a autonomia da comunidade acadêmica se funda o modelo prussiano (SILVA JÚNIOR, 2017).

De forma mais pormenorizada, tem-se que, a partir do século XV, a universidade passou a ser controlada pelo poder do Estado. Com o advento da Reforma Protestante houve a separação da instituição, rompendo com o monopólio da Igreja. Já no final do século XVIII, a universidade iluminista foi estremecida pela Revolução de 1789, pois condenou a instituição universitária como sendo um aparato do Antigo Regime, colocando em seu lugar escolas profissionais de ensino superior. No início do século XIX, surgiram, da França e da Prússia, as primeiras universidades modernas e laicas: a napoleônica, para formar quadros para o Estado, e a de Berlim, com ênfase na integração entre ensino e pesquisa e na busca da autonomia intelectual diante do Estado e da Igreja (PAULA, 2009, p. 1).

O modelo alemão ressalta a formação geral, científica e humanista, focando a na totalidade do saber; enquanto no modelo francês a universidade é voltada para o ensino profissionalizante, deixando a pesquisa limitada à pós-graduação (PAULA, 2009, p. 3).

A universidade no Brasil passa pela visão humanista à eficientista, tendo uma forte

expressão, no período militar, como apontado por Silva (2001).

Sobre este aspecto, a história é a melhor testemunha de elucidação, Silva (2001), nos ajuda a compreender esta questão, ao esclarecer que:

[...] a ditadura encontrou na expansão do ensino privado tanto um meio de se desonerar da responsabilidade educativa quanto um instrumento ideológico eficaz para a adaptação do alunado às regras de comportamento político (ou apolítico) vigentes. Há de se entender também que os parâmetros de lucratividade e eficiência repercutiam diretamente na questão da qualidade e do nível de ensino ministrado. A dependência da clientela para a sobrevivência econômica da empresa gerava naturalmente um nivelamento por baixo das exigências didáticas [...] (SILVA, 2001, p. 2).

Há nessa visão uma mútua influência entre os fatos externos socioeconômicos e políticos, juntamente com os fatos internos da estrutura universitária, empregando influências segundo as condições na sua manutenção.

Atualmente, de forma lamentável, o papel social das universidades no Brasil não encontra o devido reconhecimento por parte do Governo, ou seja, os investimentos são poucos e os recursos que lhe são disponibilizados são insuficientes, o que resulta num engessamento do potencial na realização de novas pesquisas. Em situações como esta, pertinente é recordar as sábias palavras de Anísio Teixeira ao mencionar que sem a universidade, “não chega a existir um povo” (TEIXEIRA, 1988, p. 34).

Analisando um pouco mais esse cenário, constata-se que a universidade está passando por uma crise, ou melhor, segundo Ésther (2007), uma crise de identidade institucional, o que resulta nos dilemas e contradições em sua atuação.

Recordando nosso histórico, no Brasil, as universidades foram criadas durante a República Velha (1889-1930) e se ampliaram durante a Nova República (1930-1964). Com o governo militar (1964-1985), as universidades privadas passaram por certa expansão, mas as públicas não deixaram de ser cuidadas pelo Governo Federal. Com o fim do governo militar e durante o período da República Democrática (a partir de 1985), chegando até o governo FHC, as universidades apresentaram um crescimento vegetativo, enquanto crescia significativamente o setor privado de ensino (ÉSTHER, 2007, p. 23).

Já no período Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994), as universidades federais em atendimento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), que prevê uma sistemática para sua avaliação, cujos instrumentos foram criados pelo Ministério da Educação. Oportuno destacar que foi nesta época que se tentou ‘publicizar’ a universidade, segundo um programa mais amplo, cuja proposta era implantar a administração pública



gerencial nos moldes internacionais, pelo então ministro Bresser Pereira (ÉSTHER, 2007, p. 23).

Segundo Catani e Oliveira, ao abordar sobre a ingerência do Banco Mundial no Governo brasileiro:

A partir deste momento a universidade, principalmente a pública, vê sua identidade entrar em crise, ao ser obrigada a submeter-se aos imperativos, entre outros, colocados ao Governo Federal pelo Banco Mundial no sentido de se reduzir os investimentos em educação e priorizar o setor privado. Em outras palavras, seu projeto institucional (projeto identitário) histórico é colocado em xeque (CATANI; OLIVEIRA, 2000 apud ÉSTHER, 2007, p. 23).

No que diz respeito aos anos de 1980 e seguintes, percebe-se que os recursos públicos foram mais escassos, abalando o desenvolvimento da universidade pública. Há indicações também de um crescimento relevante de instituições privadas de ensino superior. Contudo, as universidades públicas ainda comportam os melhores cursos e concentram a maior parte da pesquisa científica (MORHY, 2004, apud ÉSTHER, 2007, p. 16).

Ainda no governo FHC, sobre as avaliações de sistema e critérios de análise para a Educação Superior, Olive (2002) afirma que a LDB,

[...] aprovada dentro do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC; 1995-2002), introduziu como uma das principais inovações na universidade brasileira a avaliação sistemática dos cursos de graduação e das próprias instituições, além de estabelecer que, para ser considerada uma universidade e gozar de sua autonomia, a instituição deve possuir pelo menos um terço de seu corpo docente constituído por mestres ou doutores e um terço do corpo docente em regime integral. De certo modo, a busca da melhoria do corpo docente, aliada às avaliações periódicas e ao credenciamento das instituições e de seus cursos, favoreceu a institucionalização da pesquisa (OLIVE, 2002 apud ÉSTHER, 2007, p. 15).

Comparando os anos de 1995 e 2005, o mesmo estudo faz o seguinte apontamento:

Entre 1995 e 2005, existiam 2.260 instituições de ensino superior. Entre 2000 e 2003, o número de matrículas chega a 3.887.771, enquanto em 1995 havia 1.759.703. Como pode ser observado, o crescimento intenso ocorre durante a vigência da Constituição de 1988 – que consagrou a autonomia universitária e as normas básicas da participação privada no ensino superior – e da lei 9.394/96, que estabeleceu as diretrizes básicas da educação nacional (MACEDO et al., 2005 apud ÉSTHER, 2007, p. 15).

Prosseguindo,

Simultaneamente, segundo Macedo et al. (2005), observa-se o esgotamento da capacidade de investimento por parte do governo federal. Em meados dos anos de 1990, as instituições públicas eram responsáveis por 42% das matrículas; no início da década de 2000, por menos de 30%. Considerando apenas as federais, a participação no conjunto das matrículas cai de 20,8% em 1995 para 14,6% em 2003 (MACEDO et al., 2005 apud ÉSTHER, 2007, p. 15-16).

Ésther (2007) assevera que

Tal constatação é apoiada no próprio sistema de avaliação do ensino superior criado pelo governo FHC e iniciado com o Exame Nacional de Cursos (ENC), em 1996, conhecido popularmente como “Provão”, a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação em 1997, e a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), instituída em 1998. A estas iniciativas veio incorporar-se o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), criado pelo MEC, em 1993, e a Avaliação dos Programas de Pós-graduação (já realizados pela CAPES/MEC). Este sistema de avaliação permite ao governo a elaboração de uma base de dados que serve para o estabelecimento de metas de desempenho, a partir dos padrões de aferição e de comparação (CATTANI; OLIVEIRA, 2002, apud ÉSTHER, 2007, p. 16).

Nesse sentido, Cattani e Oliveira (2002, p. 35), afirmam que, a lógica do governo é a de que “[...] a multiversidade de funções só é possível nas universidades de excelência, sendo que as demais instituições deviam investir em áreas e atividades em que seja possível obter resultados satisfatórios”.

Segundo Ésther (2007, p. 16), o tratamento dispensado às universidades federais no período FHC demasiadamente criticado, tendo em vista que seus proponentes interpretavam que a regularização de avaliação estabelecida estaria vinculada a um direcionamento mais amplo, gerando, conseqüentemente uma crise de identidade da instituição.

Nesse sentido, entende-se que as transformações na identidade e no projeto de desenvolvimento institucional das universidades públicas, incluindo as federais, envolve, especificamente, três razões:

- a) o Governo Federal visa atender às exigências dos organismos internacionais, especialmente do Banco Mundial, que inclui reduzir investimentos na educação superior. Tal política tem forçado as universidades a se concentrar apenas nos problemas emergenciais de manutenção, ao invés de consolidar sua identidade institucional e seu projeto de desenvolvimento.
- b) As mudanças na conjuntura, motivadas pela reestruturação produtiva do capitalismo, assentada na globalização do capital financeiro e na revolução

técnico-científica internacional, facilitando o fluxo do conhecimento e dispersando sua produção e aquisição, obriga a universidade a reinventar-se e repensar suas funções.

c) A necessidade de ampliar a legitimidade institucional e o reconhecimento da relevância social diante das críticas tanto do governo quanto da grande mídia de que as universidades são perdulárias, leva a maioria delas – especialmente as de pequeno e médio porte – a buscarem maior vinculação com o setor produtivo e com a comunidade local (CATANI; OLIVEIRA, 2000 apud ÉSTHER, 2007, p. 16-17).

Corroborando com esse entendimento, Sguissardi (2005, p. 25), reconhece que a identidade da universidade corre risco,

A idéia [*sic*] de uma universidade organizada e gerida nos moldes empresariais, trabalhando com uma semimercadoria no quase mercado educacional está cada vez mais presente no discurso e nas práticas oficiais das políticas públicas de educação superior”.

Como demonstrado até aqui, o conhecimento passa a ser encarado como uma espécie de mercadoria que pode ser negociada segundo a lei da oferta e procura, que regula seu valor e seu preço.

Nas páginas que seguem serão expostas algumas considerações no que diz respeito a análise do documento que defende a mudança do modelo de universidade pública para um modelo de cunho privado, tendo como material empírico o documento do Banco Mundial, bem como textos que demonstram como no Brasil segue as determinações de órgãos internacionais.

### **O Relatório *Ajuste Justo***

Na sequência, será analisado o documento que compõem o objeto de estudo deste trabalho. O Relatório foi solicitado ao Banco Mundial pelo Ministro Joaquim Levy no início da segunda gestão do governo Dilma Rousseff, sendo entregue em novembro de 2017, o qual teve grande repercussão na mídia e impacto entre as pesquisadores e entidades representativas.

De acordo com o Relatório *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil* de 2017, desenvolvido pelo Grupo Banco Mundial, o Brasil enfrenta grandes desafios para suportar os gastos públicos.

O Relatório enfatiza que, no Brasil, o crescimento das despesas primárias é maior que o PIB. Esses gastos exacerbados são provenientes da rigidez constitucional em determinadas categorias como folha de pagamento e previdência social, ocasionando quase

nenhum espaço para as despesas discricionais e de investimento.

Nessa perspectiva, o governo federal requisitou ao Banco Mundial a elaboração do Relatório objetivando efetuar uma análise aprofundada concernentes aos gastos do governo, possibilitando apontar alternativas cujo objetivo seria reduzir o déficit fiscal a um patamar sustentável.

No que diz respeito a metodologia aplicada, o Relatório se limita a mencionar que “a análise é baseada nas melhores práticas internacionais e na revisão da eficiência dos gastos entre as diferentes entidades e programas governamentais” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 5), tal explicação sumária causa estranheza, uma vez que seus resultados/conclusões tem por objetivo influenciar e/ou identificar alternativas nas políticas de um país, no entanto, tais informações foram suprimidas.

Passemos então a analisá-lo.

### **A Educação Superior no Relatório**

No intuito de identificar programas governamentais que não atingem de forma eficaz seus objetivos, o Relatório expedido pelo Banco Mundial - encomendado pelo Ministro da Fazenda (Joaquim Levy) no início da segunda gestão do governo Dilma - também apontou programas governamentais que beneficiam o público mais rico ao invés do mais pobres. Nesse sentido, o Relatório busca identificar possíveis reformas que tornariam os gastos públicos mais eficazes, eficientes e equitativos, com o objetivo evidente de justificar e legitimar o ‘ajuste fiscal’ que então se iniciava (DRUCK; FILGUEIRAS; MOREIRA, 2017).

Entre os programas, especificamente no que diz respeito à Educação ligada a Educação Superior, o Relatório, nas páginas 13 e 14, retratou que:

As despesas com ensino superior são, ao mesmo tempo, ineficientes e regressivas. Uma reforma do sistema poderia economizar 0,5% do PIB do orçamento federal. O Governo Federal gasta aproximadamente 0,7% do PIB com universidades federais. A análise de eficiência indica que aproximadamente um quarto desse dinheiro é desperdiçada (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 13).

Segundo o documento, isso também reflete nos níveis de gastos por aluno nas universidades públicas, os quais são de duas a cinco vezes maior que o gasto por aluno em universidades privadas.

Infere-se da exposição acima citada de que o investimento na Educação Superior, o que incluiu as universidades federais, são gastos ineficientes, levados ao desperdício, no



entanto, sem apontar, objetivamente, de que forma isto ocorre.

Sobre esta alegação, cabe ressaltar um estudo de 2018 intitulado *Pesquisa no Brasil - Um relatório para CAPES*, realizado pela empresa norte-americana *Clarivate Analytics*. Nele foi apontado que a produção científica brasileira é produzida em sua maior parte pelas instituições públicas de ensino, o que desconstrói as alegações do Relatório. De acordo com o estudo realizado pela empresa norte-americana, e divulgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual reflete os dados de 2011 a 2106, foram produzidos nesse período “250 mil *papers* que fazem parte da base de dados internacional *Web of Science*.”<sup>1</sup>

Os resultados obtidos pela empresa norte-americana demonstram dados os quais o Relatório do Banco Mundial não poderia ter deixado de avaliar, ou seja, gasta-se mais para preservar uma universidade pública que uma privada pelo simples fato de que ela está investindo em pesquisa e os resultados obtidos são disponibilizados à sociedade.<sup>2</sup>

Ressalta-se, ainda que, esse mesmo estudo realizado pela empresa norte-americana, também foi abordado em 2019 pela jornalista Mariluce Moura no portal *Ciência na Rua* sendo publicado, também, logo após no site da Academia Brasileira de Ciências. Na publicação de 2019, a jornalista, no portal *Ciência na Rua*, informou que o crescimento da produção científica:

foi baseada na capacidade de produzir ciência das universidades públicas brasileiras, com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ou seja, duas grandes universidades estaduais paulistas, mais algumas grandes universidades federais, como a do Rio de Janeiro (UFRJ), a de Minas Gerais (UFMG) e a do Rio Grande do Sul (UFRGS), na liderança desse processo. Mais de 95% dessa produção científica do Brasil nas bases internacionais deve-se, assim, à capacidade de pesquisa de suas universidades públicas.<sup>3</sup>

O presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, professor da UFRJ, também se manifestou sobre essa abordagem nos seguintes termos:

[...] de acordo com recente publicação feita por Clarivate Analytics a pedido da CAPES, o Brasil, no período de 2011-2016, publicou mais de 250.000

<sup>1</sup> **INVESTSP** - Agência Paulista de Promoção de Investimentos e competitividade. Disponível em: <<https://www.investe.sp.gov.br/noticia/99-das-pesquisas-sao-feitas-pelas-universidades-publicas/>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> MOURA, Mariluce. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. **Ciência na Rua**. Disponível em: <<https://ciencianarua.net/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>>. Acesso em 28 jul. 2020.

artigos na base de dados Web of Science em todas as áreas do conhecimento, correspondendo à 13ª posição na produção científica global (mais de 190 países)". As áreas de maior impacto, prossegue, "correspondem a agricultura, medicina e saúde, física e ciência espacial, psiquiatria, e odontologia, entre outras.

[...].

Mais de 95% das publicações referem-se às universidades públicas, federais e estaduais. O artigo lista as 20 universidades que mais publicam (5 estaduais e 15 federais), das quais 5 estão na região Sul, 11 na região Sudeste, 2 na região Nordeste e 2 na Centro-Oeste.<sup>4</sup>

É preciso destacar que a Educação é inerente e necessária à sociedade humana não podendo ser taxada como dinheiro desperdiçado ou coisa que não o valha. Como bem aponta Saviani et al (2006):

As sociedades do século XX, principalmente a brasileira, desenvolveram-se na direção do aguçamento das desigualdades econômicas, políticas e sociais e, portanto, da redução da oportunidade de experiências culturais significativas. Tomá-las como ponto de partida do processo de aprendizagem pode constituir-se em mecanismo segregador e reducionista [...] (SAVIANI, 2006, p. 199).

Nessa mesma perspectiva, Druck, Filgueiras e Moreira (2017), destacam que:

[...] a razão fundamental da fragilidade financeira do Estado é a dívida pública, que só faz crescer, porque já há muito tempo se descolou e não depende, principalmente, das contas primárias do governo; ela ganhou autonomia, tem um movimento próprio, que amplia o seu montante permanentemente e está associado à entrada de capitais estrangeiros especulativos (DRUCK; FILGUEIRAS; MOREIRA, 2017).

Embora as alegações de melhoria trazidas no Relatório do Banco Mundial possam indicar supostas melhoras no campo da Educação Superior, é razoavelmente possível contrapor tais alegações.

Prossegue o Relatório afirmando que a limitação do financiamento com base no número de estudantes, "A limitação do financiamento a cada universidade com base no número de estudantes geraria uma economia de aproximadamente 0,3% do PIB." (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 13).

Um dado que o Relatório não revela, é que o número considerado baixo de estudantes por professor, diz respeito à pesquisa, que requer uma relação menor de professor e

---

<sup>4</sup> MOURA, Mariluce. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. **Ciência na Rua**. Disponível em: <<https://ciencianarua.net/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>>. Acesso em 28 jul. 2020.

aluno. Também, precisa levar em conta problemas referentes a superlotação em salas de aula, dado que ocorrem em instituições privadas.

Defesa presente no Relatório, que a universidade deixe seu caráter de direito e passe a ser bem de consumo, deixando de ser gratuita:

Além disso, embora os estudantes de universidades federais não paguem por sua educação, mais de 65% deles pertencem aos 40% mais ricos da população. Portanto, as despesas com universidades federais equivalem a um subsídio regressivo à parcela mais rica da população brasileira. Uma vez que diplomas universitários geram altos retornos pessoais (em termos de salários mais altos), a maioria dos países cobra pelo ensino fornecido em universidades públicas e oferece empréstimos públicos que podem ser pagos com os salários futuros dos estudantes [...] (BANCO MUNDIAL, 2017, p.13).

Expandir o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), são alternativas apresentadas pelo Banco Mundial:

Não existe um motivo claro que impeça a adoção do mesmo modelo para as universidades públicas. A extensão do FIES às universidades federais poderia ser combinada ao fornecimento de bolsas de estudo gratuitas a estudantes dos 40% mais pobres da população (atualmente, 20% de todos os estudantes das universidades federais e 16% de todos os estudantes universitários no país), por meio da expansão do programa PROUNI. Todas essas reformas juntamente melhorariam a equidade e economizariam pelo menos 0,5% do PIB do orçamento federal (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 14).

Procurando sustentar esse entendimento, o Relatório, com base nos resultados da análise, apresenta a indicação de duas linhas de reforma da Educação Superior, são elas:

(i) Limitar os gastos por aluno aos níveis das universidades mais eficientes geraria uma economia imediata de 0,26% do PIB. As universidades que receberem menos recursos como resultado desta medida teriam de reconsiderar sua estrutura de custos e/ou buscar recursos em outras fontes, como já é a norma nos sistemas acadêmicos com os melhores níveis de desempenho.

(ii) Uma opção para aumentar os recursos das universidades federais sem sobrecarregar o orçamento seria a introdução de tarifas escolares. Isso é justificável, pois o ensino superior oferece altos retornos individuais aos estudantes e, com base em dados atuais, o acesso privilegia fortemente estudantes de famílias mais ricas. Paralelamente, é necessário facilitar o acesso a mecanismos de financiamento para estudantes que não possam pagar as mensalidades. Felizmente, o Brasil já possui o programa FIES, que oferece empréstimos estudantis para viabilizar o acesso a universidades privadas. O mesmo sistema deveria ser expandido para financiar o acesso a universidades federais. A ampliação do FIES para incluir universidades

federais poderia ser combinada ao fornecimento de bolsas de estudos gratuitas para os estudantes dos 40% mais pobres da população, por meio do programa PROUNI. Juntas, essas medidas melhorariam a equidade do sistema e gerariam uma economia para o orçamento federal de aproximadamente 0,5% do PIB (BANCO MUNDIAL, 2017, p.137).

Como se observa, o item (i) traz o caráter de eficiência do setor privado, num conceito deslocado do sentido da universidade como produtora de conhecimento. Nesse contexto, Saviani (2011, p. 15) apresenta que, embora o percentual de instituições privadas seja superior, o percentual de produção de conhecimento vem da universidade pública. Já no item (ii), se introduz a cobrança de taxa, atribuindo o bem público, como um bem de consumo.

Do exposto, observa-se uma direção à cobrança de mensalidade sob os moldes da experiência chilena, ou seja:

[...] políticas educacionais regidas sob a lógica de mercado sustentada pela ideologia do neoliberalismo como modelo de sucesso a ser seguido. [...] As mudanças realizadas no Chile foram embasadas em Milton Friedman, um dos precursores neoliberais, a partir de então o Chile começou a ser considerado modelo de sucesso para os países latino-americanos, inclusive para o Brasil, sendo geradas políticas inspiradas nos ideais neoliberais, a partir da década de 1990 rumo a mercantilização da educação (RISSI et al, 2017, p. 1).

É oportuno salientar que a abordagem neoliberalismo, anteriormente exposta, possui firmes ligações com o encontro que aconteceu Washington em 1989 o qual ficou conhecido como *Consenso de Washington*<sup>5</sup> reunindo representantes do governo norte-americano, FMI, BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e representantes de vários países a fim de regularizar (e buscar acordo sobre) as principais diretrizes de política econômica, as quais deveriam ser implementadas pelos países participantes, o que inclui o Brasil. Em outras palavras, as diretrizes expressas no Relatório do Banco Mundial (2017) estão sintonia com as sistematizações as quais o Brasil, há décadas, vem, paulatinamente, implantando nas políticas públicas.

Quanto ao Relatório do Banco Mundial, este não considera a desigualdade brasileira, ou seja, a diversidade cultural dos estudantes, a formação educacional de seus pais etc.

---

<sup>5</sup> As diretrizes deste encontro abrangiam as seguintes áreas: a) disciplina fiscal; b) priorização dos gastos públicos; c) reforma tributária; d) liberalização financeira; e) regime cambial; f) liberalização comercial; g) investimento direto; h) privatização; i) desregulação; j) propriedade intelectual, todas com base no ideário neoliberal e que deveriam ser implementadas pelos países participantes do encontro. (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 171).



Amaral (2017) declara que:

As análises realizadas pelo Banco Mundial possuem cunho absolutamente economicista e não consideram, em nenhum momento, a complexidade da sociedade brasileira que apresenta uma das maiores desigualdades sociais do mundo [...] (AMARAL, 2017, p. 1).

Sobre este aspecto, Saviani (2016) acrescenta que:

Enquanto prevalecer na política educacional a orientação de caráter neoliberal, a estratégia da resistência ativa será a nossa arma de luta. Com ela nos empenharemos em construir uma nova relação hegemônica que viabilize as transformações indispensáveis para adequar a educação às necessidades e aspirações da população brasileira (SAVIANI, 2016, p. 307).

A proposta do Relatório, no que diz respeito a Educação Superior, seria adotar o mesmo sistema das instituições privadas, ou seja, de que os alunos deveriam pagar pela sua Educação. O Relatório justifica essa questão no seguinte sentido:

Uma vez que diplomas universitários geram altos retornos pessoais (em termos de salários mais altos), a maioria dos países cobra pelo ensino fornecido em universidades públicas e oferece empréstimos públicos que podem ser pagos com os salários futuros dos estudantes (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 13).

Ou seja, é como se a Educação fosse responsável, exclusivamente, pelas desventuras do Governo em não implantar políticas educacionais eficazes.

O artigo 208, inciso V, da Constituição Federal de 1988 assegura o direito à Educação, garantido o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa [...]”. Nessa perspectiva, torna-se inconcebível adotar a tese de que os alunos deveriam pagar pela sua Educação. Nesse mesmo sentido estão os artigos 205 e 206, da Constituição Federal reconhecendo o direito à Educação como direito de todos e dever do Estado.

Portanto, ao contrário do que é mostrado no Relatório, os benefícios destinados às universidades públicas não podem ser vistos como ‘incentivos perversos’, incentivos que não possuem efetivo objetivo.

É preciso esclarecer de que as frágeis estimativas trazidas no Relatório não são capazes de demonstrar a real situação da Educação superior no Brasil, “na medida em que se baseiam em premissas e dados equivocados” (AVANCINI, 2017).

Incluir, indiscriminadamente, a Educação Superior na Revisão das Despesas Públicas

(PER, na sigla em inglês), é um contrassenso. É certo de que a Educação Superior brasileira necessita de melhorias, mas não é buscando cortes e cancelamentos de recursos aplicados em Educação que se conseguirá atingir uma melhor condição.

Nesse sentido, Saviani (2016, p. 296) salienta que, “[...] o Estado busca demitir-se de suas responsabilidades transferindo-as para outras instâncias. [...] combinam um discurso que reconhece a importância da Educação com a redução dos investimentos na área e apelos à iniciativa privada e organizações não governamentais, como se a responsabilidade do Estado em matéria de Educação pudesse ser transferida para uma etérea ‘boa vontade pública’.

A situação descrita só poderia ser revertida com a clara determinação do Estado de assumir a Educação como prioridade número 1, com a consequente vontade política de realizar as ações concretas em que se expressa essa prioridade.

É preciso repensar e reavaliar as políticas educacionais quanto ao modelo de expansão da Educação Superior no Brasil. Não pauta-la simplesmente como uma “corrida do ouro” (mercantilização); ou como uma busca frenética como a utilizada na lógica do mercado (SGUISSARDI 2008, p. 25). No atual cenário, revelasse como vital políticas públicas capazes de fortalecer a Educação Superior, não vendo-a como uma espécie de mercadoria.

Outro ponto a ser mencionado no Relatório é a afirmação de que os estudantes de universidades públicas tendem a apresentar melhor desempenho em exames padronizados, como, por exemplo, o Enade, em outras palavras, o alto custo por estudante das universidades públicas federais não se reflete em um maior valor agregado para os graduados em comparação com os graduados de outras universidades.

Como se não bastasse, o Relatório menciona que os retornos do ensino superior no Brasil são altos, o que justificaria deixar que os estudantes paguem pela própria Educação, tamanho é o descompasso e a ausência de conhecimento da história educacional brasileira.

É preciso esclarecer que o Relatório tem por objetivo primordial apresentar argumentos e defender teses no sentido de desprestigiar o ensino público: seja alegando ausência de preparo nos professores, seja mencionando altos gastos com a Educação, conseguindo a aceitação de tais alegações, pretende implantar nas universidades um sistema eminentemente empresarial, razão pelo qual ele procura apontar falhar para ser aceito.

### **Considerações Finais**

Segundo o conteúdo e as diretrizes apontadas pelo Relatório do Banco Mundial (2017), ficou demonstrado de que a ideia singular é constituir uma universidade em harmonia com os organismos internacionais os quais estão em franca sintonia com os fundamentos

capitalistas, em outras palavras, busca-se uma nova concepção de universidade, uma universidade segundo os moldes empresariais, na mercantilização do conhecimento.

A universidade pública no Brasil é um bem público intimamente ligado ao projeto de país, e, desta forma, um bem permanente que deve ser preservado. Assim, políticas que envolvam a desvinculação ou o distanciamento dos controles do poder público ou ligados à exigência de busca de recursos, como anuidades, contribuição de alunos, desenvolvimento de produtos que interessem diretamente ao mercado, não guardam congruência com as políticas públicas educacionais brasileiras, muito menos com o dispõe o artigo 208, inciso V, da Constituição Federal de 1988, já abordado.

Buscamos demonstrar que, a Universidade no Brasil e, conseqüentemente, a forma de Educação que ela produz, é alvo dos planos do Banco Mundial. É o que fica bem claro no Relatório de 2017 emitido pelo Banco Mundial, uma vez que a lógica contida no Relatório está voltada para a lógica de mercado.

Como foi apontado ao longo deste trabalho, o Relatório apresenta um descompasso dos dados e informações, sem nem mesmo apontar a metodologia utilizada em sua elaboração, em outras palavras, apesar de seus fundamentos de cientificidade, existem incongruências ao se analisar o Documento.

Fica evidente, portanto, que a aceitação de seu conteúdo é uma manobra para justificar a implantação de políticas que tem por intuito, cancelar investimentos na Educação Superior brasileira.

Como anteriormente descrito, não se pode dar credibilidade a um Relatório que apresenta várias falhas nas inferências de dados e informações, apresentando uma visão irreal da Educação, pois não leva em consideração sua cultura bem como a realidade social do povo brasileiro.

Por fim, compreendemos que as propostas apresentadas no Relatório do Banco Mundial para supostamente ‘melhorar’ a Educação Superior no Brasil, busca, na realidade, induzir a uma política educacional segundo os moldes dos organismos internacionais, ou seja, sob na lógica de mercado, restringindo a Educação a um balcão de negócios.

## Referências

AMARAL, Nelson Cardoso. **Uma análise do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”**. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1/o/ANALISE-CRITICA-BM-2017.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2020.

AVANCINI, Marta. **Relatório do banco mundial distorce dados e ignora a realidade do país, alertam especialistas.** [online]. Disponível em:

<<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/11/30/relatorio-do-banco-mundial-distorce-dados-e-ignora-realidade-do-pais-alertam>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Diário Oficial**, Brasília, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 04 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial**, Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 12 maio 2020.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas.** Petrópolis: Vozes, 2002.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares; COTTA, Maria Amélia de Castro; SANTOS, Marisa Aparecida Pereira. **Ética em Pesquisa Científica: conceitos e finalidades.** Disponível em: <[https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155306/1/unesp-nead\\_reei1\\_ei\\_d04\\_texto2.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155306/1/unesp-nead_reei1_ei_d04_texto2.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2020.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz; MOREIRA, Uallace. **Banco Mundial ataca outra vez: as universidades públicas devem ser pagas** LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Edição Julho 2019. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/banco-mundial-universidades-devem-ser-pagas/>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

ÉSTHER, Angelo Brigato. **Universidade: uma “eterna” crise de identidade – UFJF.** Disponível em: <[http://www.ufjf.br/seminarios\\_ppge/files/2013/07/td\\_011\\_2007.pdf](http://www.ufjf.br/seminarios_ppge/files/2013/07/td_011_2007.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2020.

INVESTSP - Agência Paulista de Promoção de Investimentos e competitividade. Disponível em: <<https://www.investe.sp.gov.br/noticia/99-das-pesquisas-sao-feitas-pelas-universidades-publicas/>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MORHY, Lauro. **Brasil: universidade e educação superior.** In MORHY, Lauro (org.). **Universidade no mundo: universidade em questão.** Vol.2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

MOURA, Mariluce. **Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil.** **Ciência na Rua.** Disponível em: <<https://ciencianarua.net/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>>. Acesso em 28 jul. 2020.

OLIVE, Arabela Campos. **Histórico da educação superior no Brasil.** In SOARES, Maria PAULA, Maria de Fátima de. **A formação universitária no brasil: concepções e influências.** Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772009000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772009000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 10 jun. 2020.



RISSI, et al. **A educação chilena sob a lógica de mercado vista como vitrine para américa latina**. Disponível em:

<[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewje5Yb75JvjAhUKvVvKHXnsAs4QFjACegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Feducere.bruc.com.br%2Farquivo%2Fpdf2017%2F25082\\_12183.pdf&usg=AOvVaw09hT6JUJP6YMKRaO\\_opDLR](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewje5Yb75JvjAhUKvVvKHXnsAs4QFjACegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Feducere.bruc.com.br%2Farquivo%2Fpdf2017%2F25082_12183.pdf&usg=AOvVaw09hT6JUJP6YMKRaO_opDLR)>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades.

**Revista Poiesis Pedagógica**, UFG, v. 8, n. 2, p. 4-17, abr. 2011. Disponível em:

<<https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>>. Acesso em: 28 jul. 2020. DOI:

<<https://doi.org/10.5216/rpp.v8i2.14035>>. Acesso em: 06 ab. 2019.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 203 p.

SAVIANI, Dermeval. **A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas**. 13. ed. rev. atual. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2016. 320 p.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. Scielo. **Educação & Sociologia**. [online]. 2008, vol.29, n.105, p. 991-1022. Disponível em:

<[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302008000400004&script=sci_abstract&tlng=pt)

[73302008000400004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302008000400004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 8 jul. 2020. DOI:

<<https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>>.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil**. Educação e Sociedade, v.26, n.90, p. 191-222, jan./abr. 2005.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **The new brazilian university: a busca por resultados comercializáveis: para quem?** Bauru: Canal 6, 2017. 285 p.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200015)>. Acesso em: 27 fev. 2020.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

The World Bank. **Um ajuste justo: eficiência e equidade dos gastos públicos no Brasil: Volume I: síntese**. Disponível em:

<<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-s%C3%ADntese>>. Acesso em: 09 maio 2020.

**Sobre os/as autores/as:**

**Elizeu da Silva Góis**

Pós-graduado, em nível de especialização, em Docência na Educação Superior pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); integrante do Grupo de Pesquisa CNPQ: “Do Projeto de Estado ao Projeto de Educação”. *E-mail*: elizeugois@gmail.com

**Soraia Kfourri Salerno**

Doutora em Políticas Educacionais e Sistemas Educativos pela Unicamp/SP; docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL); Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ: desde 2010. “Do Projeto de Estado ao Projeto de Educação”. *E-mail:* soraiakfour@uel.br